



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1017034-98.2016.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BANCO PAN S.A.**
 Requerido: **Joao Paulo Luiz Rocha**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo Luis Aparecido Treviso**

Vistos etc.

BANCO PAN S/A promove ação de busca e apreensão contra **JOÃO PAULO LUIZ ROCHA**, partes qualificadas nos autos, alegando, em síntese, que firmaram um contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária do veículo identificado na inicial, mas o réu deixou de pagar as prestações vencidas a partir de 28 de abril de 2016, sendo constituído em mora mediante notificação extrajudicial. Requer, com base no Decreto-lei nº 911/69 e alterações posteriores, a busca e apreensão do veículo, consolidando sua posse em sentença e condenando o requerido nos ônus da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Deferida e executada a liminar, o réu foi citado e não ofereceu resposta, o que motivou o autor a reiterar o seu pedido inicial.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide comporta julgamento de plano nos termos do Decreto-lei nº 911/69.
2. Ausente a resposta e inexistente a purgação da mora, presumem-se verdadeiras as alegações formuladas pelo banco autor (artigo 344 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não bastasse isto, a inicial veio acompanhada de documentos que comprovam o inadimplemento do réu em relação às obrigações contratuais que assumiu, garantidas mediante a alienação fiduciária do bem apreendido, bem ainda a sua mora, caracterizada pelo vencimento do prazo para pagamento e notificação extrajudicial.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para declarar rescindido o contrato e consolidar nas mãos do banco autor o domínio e a posse plena e exclusiva do bem alienado, cuja apreensão liminar torno definitiva. Levante-se o depósito judicial, facultada a venda pelo autor.

Cumpra-se o disposto no § 1º do artigo 3º do mencionado Decreto, e comunique-se ao órgão de trânsito que o autor está autorizado a proceder a transferência do bem a terceiro que indicar.

Condeno o réu no reembolso das custas e despesas processuais suportadas pelo requerente e no pagamento dos honorários advocatícios do patrono adverso, estes fixados em R\$ 800,00 (artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC).

P.I.

Araraquara, 20 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**